

CONGRESSO

Obstrução impede votação

Movimento da base governista da Câmara adiou discussão sobre projeto que concede perdão aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro

» JÚLIA PORTELA
» VINICIUS DORIA
» RAPHAEL PATI

A base do governo na Câmara dos Deputados conseguiu adiar a discussão do projeto de lei que concede anistia aos extremistas envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 — que culminaram na depredação dos prédios dos três Poderes. Com relatoria do deputado federal Rodrigo Valadares (União-SE), os parlamentares devem debater a proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), hoje.

A expectativa era de que o parlamentar apresentasse seu parecer ontem, mas os governistas, em um movimento para adiar a votação, levou requerimentos para a inclusão de duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) e um projeto de lei na pauta, o que tomou toda a tarde. Todos tratavam de assuntos alheios aos atos antidemocráticos e foram rejeitados.

Mais cedo, os partidos Progressistas (PP) e PL trocaram deputados titulares da CCJ por suplentes com o objetivo de tentar aprovar o projeto de lei que trata da anistia. Os novos integrantes do colegiado são favoráveis ao texto de Rodrigo Valadares.

O PP substituiu como titulares os deputados Aguinaldo Ribeiro (PB), Fausto Pinato (SP) e Dr. Remy Soares (MA) e colocou os suplentes Pedro Lupion (PR), Delegado Fabio Costa (AL) e Amanda Gentil (MA). O PL colocou Nikolas Ferreira (MG) no lugar de Alexandre Ramagem (RJ), Marcelo Moraes (RS) no de Sanderson (RS) e Pedro Jr. (TO) na vaga de Capitão Augusto (SP).

A sessão de ontem foi

Ed Alves/CB/D.A Press



Oposição quer perdão para os golpistas que participaram da depredação dos prédios dos três Poderes, inclusive, da Câmara dos Deputados



“Qualquer projeto que foge desse tema (crescimento econômico) não é prioridade para votação do governo. Sobretudo projetos como esse que aumentam a intolerância, levam a um clima de beligerância dentro da Câmara dos Deputados. Então, vamos trabalhar para que ele não seja votado nem na CCJ”

Alexandre Padilha, ministro das Relações Institucionais

tumultuada, com embates acalorados entre governistas e oposição. O deputado Arthur Maia (União Brasil) disse que se tratava de um “debate maniqueísta”. “Uma coisa é certa, este momento não é adequado para esse debate. Depois das eleições municipais, o clima será outro. Não estará contaminado pela paixão das eleições”, afirmou o parlamentar.

PL da Anistia

A proposta do PL do 8 de janeiro visa anistiar “todos os que participaram de manifestações com motivação política ou eleitoral, ou as apoiaram, por quaisquer meios, inclusive contribuições, doações, apoio logístico ou prestação de serviços e publicações em mídias sociais e plataformas”.

O texto prevê a anistia para

todos os que tenham praticado delitos em manifestações em todo o território nacional de 30 de outubro de 2022, segundo turno das eleições presidenciais, até a entrada em vigor da proposta.

Minutos antes do início da sessão na CCJ, o ministro das Relações Institucionais Alexandre Padilha disse, a jornalistas, que o governo federal iria “trabalhar” para que o projeto que

prevê a anistia aos condenados pelos atos terroristas no 8 de janeiro não fosse votado.

“Qualquer projeto que foge desse tema (crescimento econômico) não é prioridade para votação do governo. Sobretudo projetos como esse que aumentam a intolerância, levam a um clima de beligerância dentro da Câmara dos Deputados. Então, vamos trabalhar para que ele não seja votado

nem na CCJ”, comentou.

O chefe da pasta afirmou que outros projetos são prioridade para o governo no Congresso Nacional no momento, como os marcos regulatórios do Hidrogênio Verde, que já vai para sanção presidencial, e o do Combustível do Futuro, e comentou que a proposta do deputado Rodrigo Valadares (União-SE) leva ao “aumento da intolerância”.

Sucessão da Câmara

» VINICIUS DORIA

Ainda sem emplacar um candidato para sucedê-lo no comando da Câmara dos Deputados, o deputado federal Arthur Lira (PP-AL) costura um plano B para o caso de seu nome de preferência, o deputado Elmar Nascimento (UB-BA), não se viabilize até o fim do ano. A entrada de Hugo Motta (Republicanos-PB) no páreo mexeu com a relação das forças ligadas a Lira e, por enquanto, adiou a definição de um nome de consenso do Centrão.

Nas últimas 48 horas, Elmar Nascimento e o deputado Antônio Brito (PSD-BA) — que também pleiteia o cargo — decidiram manter as respectivas campanhas até que um deles desponte como favorito. Quem estiver mais bem posicionado para ganhar a eleição receberá o apoio do outro, que desistirá da disputa.

O acordo foi fechado na noite de segunda-feira, em um jantar na casa do ministro do Turismo, Celso Sabino (PSD), que reuniu Elmar Nascimento, Antonio Brito, o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, o presidente do União Brasil, Antônio Rueda, e alguns parlamentares. Segundo fontes que participaram do encontro, a candidatura de Hugo Motta é forte, mas não é definitiva. Por isso, a decisão dos dois deputados baianos de unir forças caso um deles demonstre viabilidade real de vitória.

No início da tarde de ontem, Elmar Nascimento reuniu a bancada do União Brasil na Câmara para informar sobre o acordo e, depois, seguiu para o Palácio do Planalto, onde se encontrou com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e outras lideranças governistas para tratar da votação da regulamentação

da reforma tributária.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que passou o dia em Manaus (AM), já avisou que não pretende se intrometer na sucessão de Lira, mas todos os candidatos, inclusive Motta, pretendem manter uma relação mais próxima com o Palácio.

Mesmo sabendo que o presidente não apontará de forma pública um nome de sua preferência, Elmar e Brito articulam um encontro com Lula — que pode acontecer ainda hoje — para informar que não entrarão em disputa aberta e que apenas um deles disputará o cargo que, hoje, é de Arthur Lira.

O presidente da Câmara acompanha esses movimentos com discrição e evita criar mais áreas de turbulência em sua base de influência, diante das dificuldades que está enfrentando para definir o nome que poderá sucedê-lo. Sem clima político, Lira

Reprodução/Redes sociais



Antonio Brito e Elmar Nascimento, ao centro, fecham acordo para sucessão da Presidência da Câmara

cancelou a reunião de líderes que costuma convocar às terças-feiras, na Residência Oficial da Presidência da Câmara.

Seria uma reunião importante para definir a pauta de votações desta semana, em que a Casa trabalha no regime de esforço

concentrado. Lira, porém, fez um gesto de cortesia à bancada bolsonarista, que tende a fechar apoio ao nome de Hugo Motta. O presidente da Câmara articulou com as lideranças do PSD e do União Brasil a substituição de membros da Comissão de

Constituição e Justiça que estariam propensos a votar contra a anistia aos presos do 8 de Janeiro em favor de nomes que apoiam o projeto de lei. Lira conta com o apoio dos bolsonaristas ao candidato que ele indicar a sua próxima sucessão.



ALEXANDRE GARCIA

O GOVERNO É TIDO COMO O PAI BONZINHO E NEM SEQUER LHES PASSA PELA CABEÇA PERGUNTAR DE ONDE VEM O DINHEIRO. ESSES TUTORES, PARA REFORÇAR O VÍNCULO (VÍNCULO VEM DE CORRENTE, EM LATIM), USAM A INSTRUÇÃO, O ENSINO ESCOLAR, PARA CATEQUIZAR AS CRIANÇAS EM SUA RELIGIÃO ATÉISTA E MATERIALISTA

Tutelados

Mais uma eleição se aproxima e os brasileiros, menos os do Distrito Federal, terão oportunidade de escolher os legisladores e o chefe de governo da base da federação, que é o município. Emergem, nesta época do votar, as grandes questões ligadas ao exercício da cidadania, vale dizer, ao exercício do poder que emana de cada eleitor.

Chega a hora decisiva de escolher o número a ser digitado. Não pode ser por sorteio aleatório. Porque decidir futuro é vital ou fatal. Um em cada cinco eleitores preferem não

fazer escolha alguma, assustados com os candidatos arranjados pelos partidos.

Ao longo dos anos, podemos avaliar a qualidade das escolhas pelos resultados. E, aí, a gente vê que, em geral, não houve boas escolhas, porque não se melhora como poderíamos. Peguemos a escolha do Presidente da República como referência. No início do século, foi eleito o candidato do PT, prometendo acabar com a fome. Convenceu o Brasil e o mundo.

Virou celebridade no mundo por acabar com a fome no Bra-

sil. O candidato e seu partido ficaram no poder na maior parte desses 21 anos e, agora, eles próprios se queixam de que o Brasil tem 33 milhões de famintos.

Passam atestado, eles mesmos, de que foi só discurso para continuarem no poder. Por atitude ingênua de eleitores é que os poderosos da política julgam que são todos tuteláveis; massa de manobra que não pensa, não reflete e é fácil de ser conduzida. Enquanto forem carentes, serão atendidos com bolsa-família e auxílios afins.

O governo é tido como o pai bonzinho e nem sequer lhes

passa pela cabeça perguntar de onde vem o dinheiro. Esses tutores, para reforçar o vínculo (vínculo vem de corrente, em latim), usam a instrução, o ensino escolar, para catequizar as crianças em sua religião atéista e materialista. Aliar para conduzir. Acabo de ver nas redes sociais que muitos jovens não sabem o que se comemora no 7 de setembro. Já tomaram os votos de hoje; querem tomar também as mentes de amanhã.

Aquilo que o poder político faz desde Cabral, o poder judiciário percebeu que também pode

fazer, “empoderando-se”. Testou na pandemia, cancelando direitos e garantias fundamentais, e todo mundo obedeceu. Aí, passou a investigar seus ofensores, bloquear seus canais e contas, cassar-lhes os passaportes e prendê-los. Direito de manifestação ficou sob censura; deputados e senadores passaram a ser violáveis por suas palavras. E todo mundo ficou quieto.

Hoje, essa tutela provém dos três Poderes. E o poder original, o povo, foi digerindo isso como natural e normal. Afinal, o governo dá bolsa-família e afins. Alimente-os e domine

-os. E vão nos domesticando. Não é chocante, tudo isso? Parece ficção, mas é uma realidade crescente.

Estamos nesse processo de domínio. Parece 1984, de Orwell e temos que evitar que o futuro seja o de *A Máquina do Tempo*, a ficção de H.G.Wells, em que os bolsonaristas acabam por dominar os Eloi, os ingênuos bonzinhos que não perceberam enquanto cediam suas liberdades. E assim vamos, coerentes à nossa história, cheia de enganos e engodos, enquanto se aproveita a falta de conhecimento para exercer a tutela.